

**A PRÁTICA DO TRABALHO INFANTIL ENTRE BENEFICIÁRIOS DE
PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: NECESSIDADE E
TRADIÇÃO FAMILIAR**

**THE CHILD LABOR PRACTICE IN INCOME TRANSFER PROGRAMS: LOW
INCOME FAMILY TRADITION**

ASSUNÇÃO, Ada Ávila¹
CRUZ, Maria Núbia Alves²

RESUMO

O artigo analisa as razões da prática da inserção precoce de filhos na produção por parte de famílias pobres. Foram combinadas técnicas de observação, entrevistas simultâneas e entrevistas fora do local da atividade. Insuficiência de renda e razões de ordem subjetiva influenciam os pais a mobilizar sua prole para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Educação; Jovens e adultos; Trabalhadores.

ABSTRACT

This article broach the Young and adults education, on process of instruction in reading and writing, and lift up the instruction in school of workers class. Beside the failure of stability in school.

Keywords: Education; Young and adults; Workers.

¹ Professora do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da UFMG. Membro do GESTRADO. E-mail: adavila@medicina.ufmg.br

² Mestre em Saúde Pública. Funcionária da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. E-mail: ncruz@medicina.ufmg.br

INTRODUÇÃO

No Brasil e em países da América Latina, assim como na Ásia e África, é expressivo o número de crianças que trabalham (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE, 2003; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO-OIT, 2001), porém ainda persistem imprecisões no que se refere aos elementos estruturadores da prática do trabalho precoce.

As mudanças recentes que ocorreram no trabalho vêm gerando contextos heterogêneos e fragmentados, num movimento complexo e contraditório, pois a lógica da produção nos dias atuais expulsa adultos e incorpora crianças. Ao lado da diminuição dos níveis de emprego, as estatísticas do IBGE mostram o crescimento do trabalho infanto-juvenil organizado sob diferentes formas: terceirização, subcontratação em cascata, em regime de exploração familiar, etc. (ANTUNES; ALVES, 2004; RIZZINI, 2002). Outra explicação plausível, mas pouco analisada, para a crescente participação do trabalho infantil na produção, é a inserção de crianças e adolescentes no trabalho sob a supervisão dos pais, como veículo integrante do processo de socialização e de educação, configurando-se numa tradição geracional em transmitir técnicas e que se mantém na atualidade (OIT, *op cit.*; CAMPOS; FRANCISCHINI, 2003).

A saída para certas situações, como a pobreza extrema, só pode acontecer através de uma ação coletiva (HELLER, 1997). No desenrolar dessas ações, um discurso de naturalização da inserção precoce no trabalho é construído, constituindo-se a base da elaboração das crenças que perpassam as gerações de famílias de trabalhadores infantis (CAMPOS; FRANCISCHINI, 2003; HELLER, 1997). As crenças são construções sociais e individuais, frutos dessas ações coletivas que integram a cultura e refletem o pensamento de um grupo social.

As crenças se reatualizam a depender de contextos socioculturais, mas nem tudo o que é transmitido da herança simbólica é transformado pelo sujeito, sendo reproduzido por diferentes gerações ou por grupos específicos (VITALE, 1995).

Nesta pesquisa, o objetivo é entender as motivações familiares subjetivas para a prática da inserção precoce dos filhos na produção. Busca-se identificar os motivos que levaram a incorporação da criança ao mercado de trabalho, que não estão relacionados diretamente com a necessidade de sobrevivência.

O estudo nasce de uma realidade situada nos limites de um programa público de transferência de renda, cujo objetivo principal é garantir a escolarização ameaçada pelas práticas de trabalho infantil, entre outros. O registro de 2.189 crianças e adolescentes trabalhando numa amostra de 37.240 sujeitos bolsistas do Programa Bolsa Escola de Belo Horizonte (BEM-BH) (BELO HORIZONTE, 2004) suscitou o interesse em compreender, de maneira detida,

os mecanismos envolvidos em sua prática.

MÉTODO

DELINEAMENTO DO ESTUDO

Este é um estudo observacional, exploratório e descritivo que combina técnicas de observação em campo com entrevistas. Tal estratégia de pesquisa é recomendada quando se deseja retratar a perspectiva dos participantes diante de um determinado fenômeno que marca suas vidas e comportamentos (GODOY, 1995; TRIVIÑOS, 1987; LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Busca-se construir conhecimentos a partir de contato direto em situações em que o fenômeno, no caso, o trabalho infantil, é produzido.

Trabalho infantil é qualquer atividade laborativa regular, remunerada ou não, domiciliar ou não, realizada por crianças e adolescentes menores de 16 anos. O trabalho infantil em situação de rua consiste em um modelo específico, em que as crianças e adolescentes são caracterizados, principalmente, por sua presença, durante um ou mais períodos do dia, nas ruas (ALVES *et al.*, 1999). Nas ruas os pequenos trabalhadores implementam o conjunto das estratégias de sobrevivência apreendidas no âmbito da família, com o objetivo claro de garantir uma renda mínima, às vezes a única fonte de que os familiares dispõem. Apesar de possuir um vínculo familiar, as crianças e adolescentes carentes passam grande parte do dia nas ruas, vendendo guloseimas ou brincando, voltando para casa no final do dia (ALVES *et al.*, *op. cit.*).

OS SUJEITOS DO ESTUDO E OS CUIDADOS ÉTICOS

Os sujeitos envolvidos nesta pesquisa são crianças e adolescentes trabalhando em situação de rua e inscritos em programas públicos de transferência de renda.

Seis equipes de trabalho foram encontradas aleatoriamente, trabalhando nas ruas do centro da cidade. Três equipes foram identificadas nos registros de ocorrência de trabalho infantil nos arquivos do BEM-BH e, a seguir, procuradas nas ruas do centro da cidade. Do conjunto de nove equipes inicialmente selecionadas, três foram excluídas: a primeira porque a mãe não consentiu; e as outras duas, apesar de identificadas, por não terem sido encontradas trabalhando no local referido na ficha de acompanhamento do BEM-BH (Figura 1).

Ao todo, seis equipes de trabalho infantil em situação de rua foram observadas e entrevistadas. As seis equipes representam dez famílias cujos membros foram entrevistados em uma etapa posterior à etapa das observações das equipes em situação de rua. As equipes C, D e F contam com mais de uma família em sua base. Cinco famílias são do tipo monoparental feminina, composta pela mãe e seus dependentes. As outras cinco são do tipo biparental, ou seja, contam com a presença da mãe e do pai. Duas famílias

biparentais são ampliadas pela presença dos filhos de relações anteriores (Tabela 1).

Figura 1 – diagrama explicativo dos procedimentos adotados para seleção das equipes

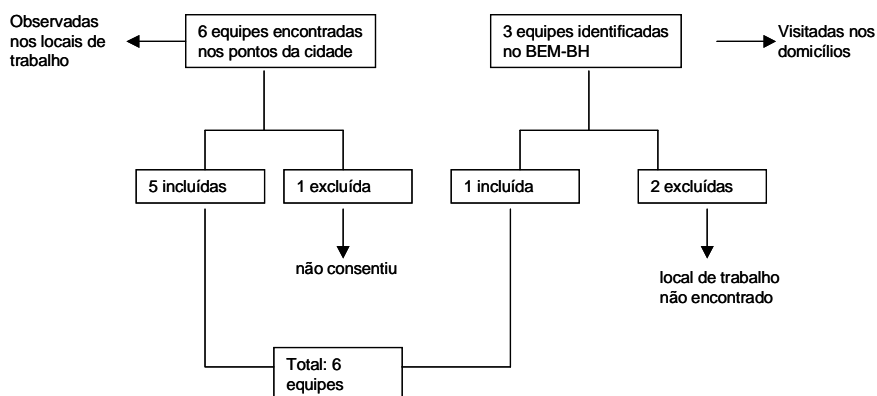


Tabela 1
Características das equipes estudadas

equipe e atividade (número)	família	tipo de família	nº de membros da família	regime de trabalho	adulto cuidador	horário de trabalho
A – vende suco (3)	família 1	BPA	7	familiar	presente	diurno
B – vende chicletes (4)	família 2	BPA	8	familiar	presente	noturno
C – cata papel (2)	família 3	MPF	5	Laços de vizinhança	ausente	diurno
	família 4	MPF	3			
D – calibra pneus (2)	família 5	BP	5	laços de vizinhança	ausente	diurno
	família 6	BP	6			
E – malabares (3)	família 7	MPF	7	familiar	presente	diurno/noturno
F – malabares (3)	família 8	MPF	5	laços de vizinhança	ausente	diurno
	família 9	MPF	8			
	família 10	BP	8			

BPA - Biparental Ampliada BP - Biparental MPF - Monoparental Feminina

Foram entrevistados e observados durante o trabalho dezessete crianças e adolescentes na faixa etária de oito a dezessete anos.

Primeiramente, os indivíduos foram esclarecidos sobre os objetivos e os procedimentos do estudo e, concordando em participar, assinaram um termo de

consentimento livre e esclarecido. Este estudo, respeitando os cuidados éticos necessários, teve seus objetivos e técnicas avaliados e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais.

PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Inicialmente, foram exploradas as ruas do centro da cidade, com a finalidade de se identificar crianças em situação de trabalho. Após a identificação das equipes, buscou-se o seu possível registro nos arquivos do BEM-BH e do Programa Bolsa Família. As dez famílias às quais as crianças pertenciam, foram inicialmente selecionadas e convocadas por carta ou telefone para entrevistas que ocorreram em seus domicílios (duas) ou nos espaços da Prefeitura (oito).

- **Observações diretas do trabalho e entrevistas simultâneas**

Foram realizadas observações com entrevistas simultâneas que totalizaram vinte e cinco horas. Nesses momentos, nos próprios locais de trabalho, foram observados aspectos relativos à presença do núcleo familiar, aos horários de trabalho, ao conteúdo do diálogo com o público, às estratégias de venda, ao vestuário e aos instrumentos de trabalho.

Os resultados das observações foram analisados, buscando-se descrever a repartição de tarefas no seio da equipe e a participação da família no coletivo de trabalho, além das atribuições de cada membro e as estratégias de venda e de relacionamento com a comunidade.

A observação das crianças e adolescentes trabalhando em situação de rua exigiu acompanhar a abordagem dos clientes e de venda do produto, bem como na permanência *in loco* no momento em que as crianças pediam dinheiro entre os carros parados nos semáforos. Essa experiência retoma os desafios da pesquisa envolvendo crianças de rua, pois as observações no espaço de rua resultaram no registro de inúmeros comportamentos estereotipados, uma vez que as crianças sabiam que estavam sendo observadas. Para contornar as dificuldades, antes das observações de campo, procurou-se uma aproximação com os sujeitos a fim de apresentar os objetivos pretendidos e estabelecer elos de confiança. Durante as observações, ao perceber desconforto da criança pela sua presença, a pesquisadora imediatamente deslocava-se para outro ponto da rua guardando uma distância que perturbasse o menos possível o andamento das atividades dos pequenos trabalhadores (ALVES et al., 1999).

- **Entrevistas com as famílias**

As questões semidirigidas nas entrevistas com as famílias tiveram como base os resultados das observações diretas do trabalho infantil, visando a explicitação das condições objetivas que explicariam a prática de inserção

precoce dos filhos no trabalho.

As questões abertas, acrescidas do estímulo à fala livre dos sujeitos, permitiram apreender os aspectos subjetivos que estariam na origem e na reprodução do trabalho infantil em cada família específica. Assim, as aparentes contradições observadas foram tratadas e outros dados relevantes para a compreensão do objeto foram explicitados. A totalidade das entrevistas com as famílias das crianças trabalhadoras, com duração de vinte horas e quinze minutos, foi gravada após o consentimento dos sujeitos e foram transcritas pelas pesquisadoras.

- **A análise dos dados**

Na etapa de análise, os dados originados das observações e entrevistas foram separados levando-se em conta a equipe de trabalho e o núcleo familiar. O material gerado foi analisado em seu conteúdo, em torno dos temas elaborados após as primeiras leituras. Tais leituras permitiram a elaboração de cartas temáticas, tendo como base as narrativas dos sujeitos entrevistados. Buscou-se destacar o determinante econômico, a composição e a divisão do trabalho nas equipes, as estratégias da participação familiar, a tomada de decisão sobre o envio dos filhos ao trabalho, a tradição familiar na prática do trabalho infantil e as características dos pares (GODOY, 1995; TRIVIÑOS, 1987).

Observando-se as ações, bem como as verbalizações das crianças foi possível fazer uma aproximação da lógica interna da atividade, ou seja, aos poucos, evidenciaram-se não só as condições reais do trabalho na rua, situadas em um tempo e lugar bem definidos, como também o pequeno trabalhador, com os seus valores e seus limites biológicos e psíquicos e, ainda, as regras, a divisão das tarefas, as relações com os diferentes membros da equipe e da comunidade.

Efetuar essa aproximação da lógica interna da atividade deveu-se a narrativa constituir-se num veículo de expressão de crenças, valores, desejos ou outros estados emocionais (BRUNER, 1996). A análise dos componentes do trabalho em situação de rua, obtidos nas observações e entrevistas, articulada à análise da narrativa livre da história do trabalho de cada um dos membros do núcleo familiar permitiu tecer a rede de fatores, subjetivos ou não, envolvidos na prática estudada nesta investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando-se os conteúdos dos discursos, apreendem-se os vários sentidos buscados e reproduzidos nas práticas do trabalho infantil: aumentar o número de trabalhadores na família, a fim de garantir uma renda necessária à sobrevivência; reforçar o valor atribuído ao princípio educativo do trabalho; buscar o pertencimento a um grupo, principalmente nos casos de famílias monoparentais; reproduzir a tradição geracional da inserção precoce no trabalho. Como será visto, o núcleo familiar ou os laços de vizinhança

estruturam as equipes de trabalho.

As crianças estudadas começaram a trabalhar antes dos dez anos de idade. Outros estudos destacaram que a participação de crianças em atividades de rua inicia-se entre cinco a seis anos de idade, quando acompanham os pais em suas atividades de trabalho (RIZZINI, 2002; MARQUES, 2001). Veja-se em:

Eu trabalho desde os 4 anos, ia toda noite, com minha mãe, ficava brincando (L, 15 anos).

Com seis anos, eu já comecei a ficar com minha mãe; nove anos, eu comecei a lavar carro e, com onze, eu comecei a fazer (jogos de malabares) (D, 11 anos).

A renda *per capita* das famílias estudadas é inferior ou igual a cem reais. A insuficiência de renda está sempre presente no discurso das famílias e de suas crianças: “Eu vim [*trabalhar*] porque eu quis, porque minha mãe não estava recebendo, ela tinha que comprar coisas” (W, 13 anos). São recorrentes as falas que citam a pobreza e a carência, como em:

É esse dia que nós somos obrigados a sair: quando eu olho para um lado, olho para o outro, não tem o que comer. Você vê, igual lá em casa, duas ou quase três contas, tudo acumulado para pagar, sabe? Pensa bem, para mim, que ganha 95 reais de Bolsa Escola. Sou obrigada, aí quando eu não dou conta (S, mãe).

A busca das atividades na rua que incorporam as crianças é resultado da exclusão dos pais do mercado de trabalho assalariado, no entanto, outros fatores podem estar presentes na reprodução e na naturalização dessa prática (OIT, 2003), como se verá diante. De qualquer forma, para algumas famílias, o trabalho de rua não era uma tradição, surgindo unicamente como saída para a sobrevivência:

Desde o momento que eu fiquei desempregada, sempre eu estava empregada, eles nunca trabalharam. Eu trabalhava, eu era diarista, trabalhava de passageira de roupa. Então não tinha precisão deles irem (S, mãe).

Entre as dez famílias estudadas, apenas três de seus chefes (dois pais e uma mãe) possuem vínculo formal de trabalho. Os outros sete estão desempregados. Para L., pai, isso ocorre porque: “Geralmente no Brasil é o seguinte: você passou dos 40 anos está velho para o trabalho e está novo para pedir esmola”.

A participação dos jovens no orçamento doméstico pode alcançar de 20% a 30% (CARDOSO; SOUZA, 2003; RIBEIRO; SABÓIA, 1993). Trabalhando, as crianças e adolescentes, se não garantem o sustento familiar, ao menos contribuem para a aquisição de bens de primeira necessidade, como alimentação e vestuário, como pode ser percebido nas seguintes falas: “Não é muito bom, não. Mas ganha dinheiro... Porque minha mãe não tem condição, de comprar as coisas, então eu ajudo ela” (D, 11 anos); ou como explicitam os pais: “Dá uns três salários (mínimos) por mês, com o trabalho de todo mundo”

(L, pai); “Paga conta de água, de luz” (A, mãe).

O depoimento de uma das crianças expressa a angústia diante da responsabilidade precoce: “Não tem que conseguir não, eu QUERO conseguir o máximo de cem reais. Eu tenho que fazer cem reais para pagar conta, acho que de água” (D, 11 anos).

A renda do trabalho das crianças e dos adolescentes pode se destinar à aquisição de bens de uso pessoal que não são supridos pelos pais, como calçado e vestuário: “Eu compro roupa, eu dou minha mãe para comprar arroz, feijão, mantimentos lá para casa; vou lá, compro roupa, material para eu poder ir a escola” (J, 14 anos).

Outras necessidades, como o lazer e a recreação, são satisfeitas com a renda do trabalho infantil: “No sábado eu pego o meu dinheiro, para eu ir à barraquinha, ir para o som... eu compro roupa, compro tênis, tem vez que saio, vou ao zoológico” (LH, 15 anos).

O trabalho infantil permite a cada membro auferir a sua própria renda e incrementa a renda global, ao aumentar o número de trabalhadores na casa e ao garantir a diversidade dos membros intraequipe. Os entrevistados registram a desvantagem quando os adolescentes mais velhos e o pai estão presentes na mesma situação que os filhos mais novos:

Hoje, nós estamos levantando dinheiro para o gelo. Então, assim, ele, infelizmente, a venda dele [pai] caiu demais, sabe? (B, mãe).
Nós somos grandes aí nós não ganhamos, não. Nós pedimos, mas quem ganha mais é o B [8 anos] (J, 14 anos).

A literatura cita que as famílias com menor faixa de renda são chefiadas pelas mães, sendo que todos os membros são mobilizados para garantir o sustento do grupo familiar (RIZZINI, 2002; MARQUES, 2001; BRUSCHINI, 1989). Os dados deste estudo reforçam as referências citadas: “Porque minha mãe não tem condição de comprar as coisas, então eu ajudo ela” (D, 11 anos).

Para além da determinação econômica, o valor atribuído ao princípio educativo do trabalho que contribui para a naturalização dessa prática no seio das famílias pobres não pode ser negligenciado como móvel do estímulo dos pais ao trabalho das crianças, o que é percebido nos seguintes depoimentos:

Só que a criança deve ser assim: no meu modo de pensar, eu acho que toda criança deveria trabalhar... só pra ganhar o dinheiro deles, ter uma responsabilidade (S, mãe).
Dá responsabilidade, meus meninos são muito responsáveis, eu quero que eles cresçam com responsabilidade (L, pai).

O pai, empregado de um posto de gasolina, trouxe um dos seus filhos para trabalhar calibrando pneus: “Ele arrumou primeiro uma vaga para meu irmão, depois foi lá e arrumou para mim também” (G, 14 anos). Sob a tutela do pai,

o adolescente de 14 anos, sem vínculo formal, depende da boa vontade do cliente do posto para receber alguns trocados, mas permanece guiado pela intenção da família em reproduzir a ideia do trabalho como instância de formação e legitima o trabalho como medida de pertencimento social.

As famílias revelam certo orgulho ao descreverem a responsabilidade dos filhos trabalhadores: “Responsabilidade, meus meninos são muito responsáveis” (A, mãe). Ou: “Ele está me ajudando, eu estou feliz, graças a Deus” (Z, mãe).

A reprodução do trabalho como formador está sedimentada nos sujeitos estudados. Apesar de reconhecerem o valor da escola, não eliminam a sua compatibilidade com o trabalho. A própria criança assevera: “Eu ia para a escola, depois da escola nós vínhamos... eu ia vir todo dia... depois da escola” (D, 11 anos). Ou seja, embora a escola seja valorizada, o trabalho não é descartado.

Entre as condições para a erradicação do trabalho infantil está a melhoria do sistema educacional (SCHWARTZMAN, 1999; MACIEL et al., 1997; KOLLER; HUTZ, 1996). A deficiência na qualidade do ensino reforça a tradição familiar de que a escola compete com o trabalho na formação dos filhos, levando as famílias a questionamentos sobre o seu papel:

Entre a escola e a família, cada um fazendo a sua parte... Eu tenho um menino que está na sexta série, sabe nada: lê gaguejando, aliás, a escola deixa muito a desejar pelo papel que ela tinha que cumprir (L, pai).

A noção de trabalho como veículo na construção de sociabilidade e como suporte fundamental de pertencimento social está presente no grupo estudado. A tradição do trabalho enquanto estratégia de formação dos filhos revela-se fortemente associada à experiência de uma família estudada, cujos três filhos são vendedores ambulantes:

Na opinião da gente, a gente está construindo um homem, o caráter. Esse trabalho não objetiva o lucro, não. A intenção dele é formar o caráter de um homem. A gente acredita, a gente pode até estar errado, mas na cabeça da gente está assim: estar formando o caráter, que a gente vem disso. Esse trabalho está construindo mais o caráter de uma pessoa que propriamente almejando lucro nisso (L, pai).

Em seus discursos, as famílias sugerem que o trabalho é um refúgio à marginalidade, pois, ocupando o tempo livre de seus filhos, deixa poucas margens para o desvio: “Enquanto está trabalhando assim, não está com a cabeça pensando na droga, que está aí. Ele fica com o tempo dele mais ocupado com o serviço” (Z, mãe).

A família tomou para si a formação do futuro homem, iniciando as crianças no trabalho doméstico e nos ofícios (CAMPOS; FRANCISCHINI, 2003), atribuindo ao trabalho o caráter educativo e formador, presente no depoimento das famílias estudadas:

Eu não sei nem se posso falar do trabalho dessas crianças, porque eu comecei com 6 anos, eu olhava três, quatro crianças. Não esqueço dessa passagem da minha vida. Minha mãe que escolhia as casas que eu ia trabalhar, você entendeu? Eu esqueci de misturar, de estudar. Então quando eu fui estudar, eu fui estudar com 18 anos (B, mãe).

As próprias crianças e adolescentes reproduzem o valor social atribuído ao trabalho e qualificam o trabalho como símbolo de moralidade: “É melhor a gente estar trabalhando do que ficar na rua roubando, até mesmo pedindo dinheiro no sinal, né?” (MM, 14 anos).

A educação é um valor e um objetivo perseguido, principalmente, para as mães, buscando melhor destino para seus filhos. Pode-se evocar a tese de vários autores (ROCHA, 2003; OIT, 2001; CIPOLA, 2001; RIBEIRO; SABÓIA, 1993) que defendem uma associação entre a baixa escolarização dos pais e o trabalho precoce de seus filhos, como expressa o depoimento a seguir:

Eu não tenho nada para deixar para eles, dou ao menos o estudo. Para mim, eu estudei só até o segundo ano. Eu prefiro que meus filhos estudem. Ele (filho) parou na quarta série, na quinta série. Ele quer voltar (M, mãe).

Entre as crianças e adolescentes estudados, apenas uma estava fora da escola. Uma delas afirma: “Porque estudar a gente consegue um futuro melhor [...] a gente consegue um trabalho melhor” (L, 8 anos). Nos dizeres de uma das mães, a decisão de trabalhar pode partir, também, dos próprios filhos: “Eles mesmos decidiram trabalhar. É natural, via a gente trabalhando” (A, mãe). A ‘escola do trabalho’ é percebida pelos setores das classes populares como a verdadeira ‘escola da vida’ (RIZZINI, 2002). A criança que trabalha é valorizada pelos pais, pela escola e pela vizinhança, livrando-se da acusação de vagabundagem e escapando dos riscos da criminalidade.

A maioria dos pequenos trabalhadores atribui à escola a possibilidade de alcançar um futuro melhor, diferente da vida que seus pais levam. Essa busca de um futuro melhor pode ser percebida em: “No trabalho a gente ocupa o espaço, não fica na rua. Agora a escola, é pensar no futuro da gente” (LH, 15 anos).

Mas o depoimento de um adolescente revela a sua descrença na possibilidade de melhorar sua chance no mercado de trabalho: “Oh, mãe, eu não vou estudar mais, não. Porque não adianta eu estudar, eu fico estudando, formo e depois eu não consigo serviço” (J, 14 anos). Fica, assim, evidenciada a realidade enfrentada pelos sujeitos estudados, que, ora atribuem à escola a possibilidade de um futuro melhor, ora demonstram descrença nessa perspectiva.

Os discursos das mães são antagônicos, convergentes e, às vezes, complementares. De um lado, revelam tristeza e impotência face aos riscos do trabalho; de outro, tomam o trabalho na vida de suas crianças como um caminho natural. Essa lógica reflete uma face da dicotomia presente na sociedade em que o trabalho infantil é visto como solução para a pobreza e como a única saída na busca de uma existência social para as crianças

pobres.

As famílias costumam incentivar a decisão dos filhos de buscar ocupação no mercado de trabalho muito precocemente (RIZZINI, 2002; CAMPOS; ALVERGA, 2001; ALBERTO, 2000), mesmo quando as condições de trabalho são precárias, como o trabalho exercido em situação de rua. É um posicionamento identificado nos depoimentos que se seguem, pois a família não se opõe à decisão dos filhos de trabalhar, por exemplo, em:

Ela (mãe) não gosta muito não. Mas ela não proíbe, não (de trabalhar) (L, 10 anos).
Meu pai perguntou: você quer? Então foi lá, no primeiro dia ver como você se sai, aí eu fui e decidi e continuei (M, 14 anos).
Ele trabalha porque deve de querer ter algum dinheiro, né? Quando eu pergunto, ele não tem resposta (L, mãe).

Denota-se a ambiguidade que se reproduz na totalidade das entrevistas realizadas, ou seja, a insuficiência de renda é sempre lembrada pelas famílias e suas crianças, que, também, compartilham a crença do caráter formador do trabalho independentemente do seu conteúdo. Contudo, também reconhecem os efeitos nocivos do trabalho infantil em situação de rua: “Eu prefiro que eles estejam lá (trabalhando) do que aqui... mas o meu maior medo é isso, né? Causar guerra com o tráfico é prejudicar a família da gente” (A, mãe).

Vê-se que a família, apesar de não se opor à prática do trabalho infantil em situação de rua, exprime um sentimento negativo em face aos efeitos do trabalho infantil, talvez pela natureza de algumas atividades visivelmente precárias que são exercidas pelas crianças, como se pode notar nos seguintes depoimentos:

Trabalha, catando papelão. Não é porque eu quero, não. Não quero, não deixo, não gosto. Mas ele vai, do treino, vai catar papelão, escondido... Aí, eu estou muito revoltada, por causa disso, que eu não quero que ele trabalhe (chora) (L, mãe).
Eu não sei, é por isso que eu quero saber o que está acontecendo. Ele não fala comigo o que ele vai fazer... É por isso que eu não aceito, nunca aceitei... eu não quero saber de menino pedindo na rua, nem bagunçando na rua (G, mãe).

Quanto ao reconhecimento dos efeitos nocivos do trabalho, M., que tem um filho que pratica malabares, declara ter-lhe concedido uma folga aos domingos, reconhecendo sua fadiga e cansaço:

É cansativo, tem vez que ele fica com o pescoço cansado, né? Fica muito tempo assim, rodando o pescoço. Ele estava indo aos sábados e domingos, aí eu fui e cortei o sábado. Ele estava queixando dor no pescoço. Acho que o menino era pesado, aí eu deixo ele sair aos domingos (M, mãe).

De um lado, impulsionados pela busca de meios para a sobrevivência e reforçados pelo valor atribuído ao trabalho; de outro, marcados pela exposição aos atos violentos em situação de rua e pelos efeitos sobre a saúde (ASSUNÇÃO; DIAS, 2002), as crianças encontram saídas para positivar as suas vivências.

Os sujeitos entrevistados enfatizam a existência de vínculos e de atrativos. Por exemplo, em seus relatos aparecem passagens lúdicas, como: “foi bom, no dia que estava fazendo calor, aí os bombeiros começaram a jogar água para cima. Aí nós pulamos carnaval também, não só trabalhamos” (L, 17 anos). Mesmo admitindo a sua importância na composição da renda familiar [“Dá uns três salários mínimos por mês, com o trabalho de todo mundo” (L, pai)], os pais consideram o trabalho como um lazer, uma diversão para os filhos:

O serviço para eles é um hobby, tipo um passeio (L, pai).
Eles trabalham não é porque a gente manda, é porque eles gostam. Eles têm aquele prazer de vender (A, mãe).

Alves *et al.* (2002), que estudaram as atividades de crianças em situação de rua em Porto Alegre, sinalizam que o contexto da rua pode oferecer meios para a aprendizagem e brincadeiras, permitindo valorizar as habilidades e o desenvolvimento dos aspectos sociocognitivos. Para os autores, não seria adequado afirmar que crianças em situação de rua perderam sua infância. Pelo menos em parte, os exemplos que se seguem reforçam essa hipótese dos autores e permitem trazer elementos para criticar as abordagens unilaterais sobre trabalho infantil, visto que as crianças e adolescentes elaboram estratégias para amenizar as dificuldades enfrentadas. Para os sujeitos, a rua ora se mostra lúdica, prazerosa, repleta de possibilidades, ora se apresenta como *locus* de riscos e de violências que ameaçam crianças e adolescentes. Transparece, em meio à violência e aspereza das ruas, a construção de relações humanizadas:

Converso com o povo na rua. Assim, se acaba (os artigos) a uma e meia, eu fico jogando videogame com o A (W, 13 anos).

Tem muita amizade com os colegas. Os frentistas, também, todo o mundo aqui é muito amigo nosso. A gente aprende muito, não só na escola, também aqui (M, 14 anos).

Quando eu não fico ali, na boate, eu vou andar, aí eu reencontro os amigos, tenho muitos amigos no Sion (L, 17 anos).

Talvez esses dados sustentariam os argumentos de Aptekar (1994) sobre o exagero da imprensa e das instituições quanto aos números sobre trabalho infantil e ao grau dos problemas emocionais gerados.

Para outros autores (RIBEIRO, 2003; MARQUES, 2001; MENEZES; BRASIL, 1998; HUTZ; KOLLER, 1997; VICENTE, 1994), a experiência de viver na rua é sempre nociva, pois afasta os jovens de sua família e da comunidade, aproximando-os da marginalidade.

Vale lembrar, contudo, que mães e filhos temem a violência da rua ao mesmo tempo em que veem o trabalho como saída para os perigos que rondam as suas moradias, entre eles, o tráfico de drogas: “Porque, ao lado de minha casa, é uma boca de fumo. Aí ficam oferecendo, mandam vender. Aí venho trabalhar, não acontece isso” (W, 13 anos). As verbalizações dos sujeitos indicam, paradoxalmente, que a rua onde trabalham é mais segura do que os

bairros onde vivem:

É melhor do que ficar lá, perto de casa, ficar na rua, com marginalização. Que o pessoal fica fumando droga, aí incentiva a gente. É melhor a gente trabalhar do que ficar no meio desse pessoal, que fuma e cheira droga (M, 14 anos).

A inserção no trabalho parece não ser uma decisão que depende, exclusivamente, da vontade dos pais. Por exemplo, na equipe de trabalho de cata de papel, os sujeitos não tinham permissão das mães para trabalharem naquela atividade:

Minha mãe não sabe, eu falo que estou vigiando carro, uai? (L, 10 anos).
Eu vim porque eu quis, porque minha mãe não estava recebendo, ela tinha que comprar coisas (W, 13 anos).

As crianças em situação de rua são, geralmente, procedentes de famílias que reforçam a independência em idade jovem (APTEKAR, 1994; LUSK; MASON, 1993). As mães trabalham fora de casa, em atividades precárias, e não contam com suporte institucional para a educação infantil ou escola de tempo integral para deixar os filhos (VIEIRA, 2003). É nesse contexto que as famílias levam suas crianças a se integrarem no mercado de trabalho.

O peso da tradição do trabalho infantil veiculada ao longo das gerações (MARQUES, 2001), e da ideologia do trabalho como instância de formação (CAMPOS; ALVERGA, 2001), está presente nas famílias estudadas. Os pais trazem em suas trajetórias a experiência do trabalho de rua como ilustrados pelos depoimentos de uma das mães que, atualmente, está envolvida na produção e venda de suco:

Porque a gente sempre trabalhou no centro. A gente foi sempre camelô. Meu marido ia trabalhar e levou meus meninos juntos, acostumou. Eu sempre trabalhei com eles, comigo na barraca no centro (A, mãe).

Não seriam sem efeitos os depoimentos impregnados de peso e, por que não, de certo orgulho, pelo passado de trabalho durante a infância, mantendo a tradição por gerações, como enfatizam as mães entrevistadas:

Com 11 anos, eu estudava e trabalhava meio horário. Comecei num jardim, depois fui trabalhar de doméstica, depois fui trabalhar de babá, trabalhei de babá um bom tempo (M, mãe).
Eu comecei a trabalhar com uns 13 anos. Eu trabalhava na roça, em capina, plantando coisas (L, mãe).

No caso tratado neste artigo, sem ter elementos para contrapor às teses citadas, os depoimentos das mães e suas crianças revelam a influência do grupo de pares sobre a decisão de crianças pobres trabalharem:

Juntou com os meninos e falou que ia trabalhar na rua, mexendo com esse negócio. Aí, eu falei pra ele que eu não queria que ele fosse, eu não gosto que ele vá (AA, mãe).

Ele quis, os meninos chamaram ele, e ele está sem estudar, aí ele quis trabalhar. Mas eu deixei ele trabalhar só sábado e domingo (M, mãe).

A influência do grupo de amigos é importante nessa faixa etária (DURHAN, 1973), podendo influenciar a decisão de trabalhar precocemente. Fatores individuais, como a necessidade de ter sua própria renda e de ter liberdade, também levam o adolescente a tomar a iniciativa de trabalhar (RIZZINI, 2002). O apelo da mídia e a sociedade de consumo reforçam essas necessidades individuais e, muitas vezes, as crianças desejam trabalhar para adquirir objetos de uso pessoal, como tênis e equipamentos eletrônicos:

Comprou DVD, agora comprou aquele som que está ali. Já comprou cavaquinho. Gosta de roupa de marca, gosta de tênis de marca (B, mãe).

Três aspectos podem contribuir na discussão da hipótese sobre a relação entre os grupos e a prática do trabalho infantil. O primeiro diz respeito à escolarização cada vez mais precoce e de caráter universal no ensino básico, que favorece a formação de grupos de vizinhança, independente dos laços de parentesco. O segundo está relacionado à tipologia dos aglomerados urbanos periféricos; no caso, as vilas e favelas, onde a convivência das crianças da mesma idade é bastante favorecida, pois as moradias são contíguas, organizadas em becos e vielas com pouca disponibilidade de espaços coletivos, como praças, parques. Em tais circunstâncias, apesar de cada família ter sua própria casa, as crianças transitam pelas fronteiras dessas 'casas', extrapolando os limites entre uma família e outra, constituindo novas relações (FONSECA, 1993). Assim, as crianças agrupam-se inicialmente para brincar e se divertir. Com o avançar da idade, adquirem independência e juntos se deslocam, levando os mais jovens, para os centros comerciais onde podem trabalhar e obter alguma renda (FONSECA, *op. cit.*). O terceiro é a fragilidade do núcleo familiar. Vale lembrar que entre as razões para as crianças trabalharem na rua está a violência intrafamiliar.

As famílias estudadas são do tipo biparental ou monoparental. Parece existir uma motivação a mais, no caso, a ausência paterna, para as últimas enviarem os seus filhos ao trabalho. A ausência do genitor masculino empobrece o grupo doméstico como instância de socialização (VOGEL; MELLO, 1996) levando as crianças a buscarem nos grupos de colegas e amigos companhia para realizar diversas atividades, entre elas o trabalho de rua. Estudos com crianças em situação de rua revelam que um terço dos adolescentes estudados saíram de casa porque não toleravam a ausência do pai e a transferência de responsabilidades provocadas pela falta do genitor (HUTZ ; KOLLER, 1997).

Na proporção de cinco para dez a ausência do pai é lembrada pelas mães entrevistadas como um dos motivos da prática do trabalho infantil:

Eu morava com o pai deles. Agora, depois que separei, que eu fiquei desempregada, separei, não teve mais, aí fui obrigada. A gente começou a catar latinha. Todo mundo, todo mundo cata latinha (S, mãe).

Eu sempre criei minha filha sozinha, não tive ajuda de nada, não. O pai da outra (filha) comprava umas roupinhas para ela (M, mãe). Agora o pai foi embora, né? Eu sozinha

e Deus para trabalhar dentro de casa. Até os meus filhos trabalham, todo sábado, e têm ajudado em casa também (Z, mãe).

Um estudo sobre crianças trabalhadoras em situação de rua do estado da Paraíba, no nordeste do país, mostra que a maioria dos sujeitos pertencia a famílias chefiadas por mulheres e, nas demais, os companheiros não eram os provedores principais da família (ALBERTO, 2000).

Existe, também, um fator interno à estrutura familiar que se refere aos múltiplos pais para sua prole: “O pai de meus meninos? Cada um é de um pai... Nenhum mora comigo” (G, mãe). Os pais pobres abandonam os filhos gerados na relação anterior quando constroem novas famílias (NOVELLINO, 2004).

Outro aspecto observado no grupo de famílias estudadas refere-se à extensão do núcleo familiar. O número de membros por família varia de três a oito pessoas, como mostra a Tabela 1. O extrato da fala de uma das mães, cuja família é do tipo biparental, indica não apenas a pobreza, mas também a extensão da família e a busca por melhores condições de vida, como responsáveis pela inserção precoce dos filhos no trabalho:

Olha, a gente não tem jeito não. Porque são oito pessoas, assim, pra criar, cuidar... Mas aí eles foram sentindo assim, talvez um pouquinho mais de conforto do que eles viviam lá fora e aí e aí *habatutaram* (habitaram) com esta situação e hoje em dia eu acho que é difícil sobreviver sem o trabalho (B, mãe).

CONCLUSÃO

É possível identificar um pensamento estruturado acerca do trabalho infantil, expresso por todos os sujeitos cujos discursos denotam motivos multifacetados, como a insuficiência de meios de subsistência e razões de ordem subjetiva, como a crença no valor moral e educativo atribuído ao trabalho independentemente do seu conteúdo. No grupo estudado, também está presente o papel dos grupos de pares (amigos e vizinhos) sobre a decisão de crianças e adolescentes trabalharem.

As famílias estudadas orgulham-se de suas trajetórias marcadas pelo trabalho precoce, transmitindo esses valores e prática aos seus filhos. O trabalho infantil é uma ação coletiva, aceita e praticada pelos sujeitos concomitantemente à construção de sua crença que lhe atribui sentidos específicos. A tradição e a crença familiar no trabalho como agente formador ainda exercem relevante influência sobre a decisão familiar de inserir sua prole no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, M. F. P. A situação da criança trabalhadora no mercado informal em João Pessoa. *Política & trabalho*, João Pessoa, vol. 16, p. 41-54, 2000.
- ALVES, P. B. *et al.* Atividades cotidianas de crianças em situação de rua. *Psicologia: teoria e*

pesquisa, Brasília, vol. 18, nº 3, p. 305-414, 2002.

ALVES, P. B. *et al.* A construção de uma metodologia observacional para o estudo de crianças em situação de rua: criando um manual de codificação de atividades cotidianas. *Estudos de Psicologia*, Natal, vol. 4, nº 2, p. 289–310, 1999.

ANTUNES R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 25, nº 87, p. 335–351, 2004.

ASSUNÇÃO, A. A.; DIAS, E. C. Trabalho precoce: possíveis efeitos sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes. *Devir*, Belo Horizonte, vol. 1, nº 2, p. 61–67, 2002.

APTEKAR, L. Street children in the developing world. A review of their condition. *Cross cultural research*, San José, vol. 28, p. 195–224, 1994.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal; Universidade Federal de Minas Gerais. *Perfil sócio-demográfico das crianças e adolescentes trabalhadores do Programa Bolsa Escola de Belo Horizonte – MG – 1997–2003*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. 25 p. Relatório.

BRUNER, J. *Cultura da Educação*. Tradução de Abílio Queirós. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1996. 238 p.

BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica da família. *Revista brasileira de estudos de população*, Rio de Janeiro, vol. 6, nº 1, p. 1–23, 1989.

CAMPOS, H. R.; FRANCISCHINI, R. Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. *Psicologia em estudo*, Maringá, vol. 8, nº 1, p. 119–129, 2003.

CAMPOS, H. R.; ALVERGA, A. R. Trabalho infantil e ideologia: uma contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. *Estudos de psicologia*, Natal, vol. 6, nº 2, p. 227–233, 2001.

CARDOSO, E.; SOUZA, A. P. The impact of cash transfers on child labor and school attendance in Brazil. In: LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN ECONOMICS ASSOCIATION, Las Puebas, 2003. xx p.

CIPOLA, A. *O trabalho infantil*. São Paulo: Publifolha, 2001. 91 p.

DURHAN, E. (1973). *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1973. 249 p.

FONSECA, C. Criança, família e desigualdade social no Brasil. In: RIZZINI, I. (Org.). *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1993. p. 153–171.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de administração de empresas*, São Paulo, vol. 35, nº 3, p. 20–29, 1995.

HELLER, A. *A sociologia da vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1997.

HUTZ, C. S.; KOLLER, S. H. Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. *Estudos de psicologia*, vol. 2, nº 1, p. 175–197, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA–IBGE. (2003). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: indicadores sociais*: Rio de Janeiro: IBGE.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda, 1986. 99 p.

LUSK, M. W.; MASON, D. T. Meninos e meninas “De Rua” no Rio de Janeiro: um estudo sobre sua tipologia. In: RIZZINI, I. (Org.). *A criança no Brasil de Hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Universidade Santa Ursula, 1993. p. 153–171.

KOLLER, S. H.; HUTZ, C. S. Meninos e meninas em situação de rua: dinâmica diversidade e definição. *Coletâneas da ANPEPP*, vol. 1, nº 12, p. 5–12, 1996.

MACIEL, C.; BRITO, S.; CAMINO, L. Caracterização de meninos em situação de rua de João Pessoa. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, vol. 10, nº 2, p. 315–334, 1997.

MARQUES, W. E. U. *Infâncias (pré) ocupadas: trabalho infantil, família e identidade*. Brasília: Plano Editora, 2001. 279 p.

- MENEZES, D. M. A.; BRASIL, K. C. T. Dimensões psíquicas e sociais da criança e do adolescente em situação de rua. *Psicologia: reflexão e crítica*, São Paulo, vol. 11, nº 2, p. 327–344, 1998.
- NOVELLINO, M. S. F. *Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres*. XXVIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, 2004. 18 f. Mimeografado.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO-OIT. (2003). Boas práticas de combate ao trabalho infantil: os 10 anos do IPEC no Brasil. Brasília: OIT, 2003. 143 p.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO-OIT. Combatendo o trabalho infantil: guia de educadores (IPEC). Brasília, 2001. 48 p.
- RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 376–406.
- RIBEIRO, M. O. A rua: um acolhimento falaz às crianças que nela vivem. *Revista latino-americana de enfermagem*, Ribeirão Preto, vol. 11, nº 5, p. 622–629, 2003.
- RIBEIRO, R.; SABÓIA, A. L. Crianças e adolescentes na década de 80: condições de vida e perspectivas para o terceiro milênio. In: RIZZINI, I. (Org.). *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Universidade Santa Ursula, 1993. p. 15–39.
- ROCHA, S. Trabalho precoce: realidade social e desafio de política pública. *Nova economia*, Belo Horizonte, vol. 13, nº 2, p. 61–80, 2003.
- SCHWARTZMAN, S. *Evolução e características do trabalho infantil no Brasil*. Brasília: OIT, 1999. 14 f. Mimeografado
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa e educação*. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.
- VICENTE, C. M. (1994). O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção de vínculo. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). *Família brasileira, a base de tudo*. Brasília: UNICEF, 1994. p. 47–59.
- VIEIRA, L. M. F. Educação infantil em Minas Gerais. In: CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M.; UDE, W. (orgs.). *Políticas públicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 87–126.
- VITALE, M. A. F. Socialização e família: uma análise intergeracional. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 1995. p. 89–96.
- VOGEL, A.; MELLO, M. A. S. Da casa à rua: a cidade como fascínio e descaminho. In: UNICEF. *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: Cortez, 1996.